



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º , DE 2023 (Do Sr. Carlos Sampaio)

Assegura às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito à realização gratuita, pelo Sistema Único de Saúde, de procedimento de micropigmentação paramédica ou de tatuagem para a correção, a atenuação ou a cobertura das cicatrizes deixadas pela violência física.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º Esta Lei assegura às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito à realização gratuita, pelo Sistema Único de Saúde, de procedimento de micropigmentação paramédica ou de tatuagem para a correção, a atenuação ou a cobertura das cicatrizes deixadas pela violência física.

Art. 2.º Fica assegurado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar o direito à realização gratuita de procedimento de micropigmentação paramédica ou de tatuagem para a correção, a atenuação ou a cobertura das cicatrizes deixadas pela violência física.

Parágrafo único. Nas hipóteses do *caput*, os procedimentos serão prestados como serviço assistencial complementar do Sistema Único de Saúde.

Art. 3.º O Poder Executivo, no exercício de seu poder regulamentar, estabelecerá os critérios de indicação, elegibilidade, técnicas e acompanhamento dos procedimentos mencionados no art. 2.º.



Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Diversos projetos sociais, no Brasil, têm disponibilizado gratuitamente a realização de tatuagens ou de micropigmentação paramédica nos ferimentos causados em mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Nesses casos, o trauma que as mulheres carregam também fica marcado na pele, em forma de cicatriz, tornando-o ainda mais difícil de ser superado.

O procedimento da micropigmentação paramédica, baseado na introdução de pigmentos não-alérgicos na pele, é indicado para a correção ou a atenuação de cicatrizes em geral. Trata-se de técnica que segue os princípios básicos da tatuagem, mas na qual a tinta só é aplicada na parte mais superficial da pele.

A técnica, nas hipóteses que admitem seu emprego, gera resultados bastante naturais e realistas, apagando as marcas deixadas por um processo de sofrimento físico e emocional significativo, e tem exercido papel de grande importância para a reconquista da autoestima das pacientes.

Em outros casos, a realização de tatuagens tem sido empregada, com sucesso, para ajudar as mulheres vítimas de violência física no âmbito familiar ou doméstico a ressignificar as cicatrizes deixadas pelos atos bárbaros praticados pelos agressores.

Nesse contexto, consideramos mais do que necessário assegurar que o Sistema Único de Saúde realize, no âmbito de sua Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), procedimentos de micropigmentação paramédica ou de tatuagem para a correção, a atenuação ou a cobertura das cicatrizes decorrentes de atos de violência física praticados contra mulheres na esfera familiar ou doméstica.



Pela grande importância da matéria, solicito o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2023.

Deputado Carlos Sampaio
PSDB/SP

